

Onda de escândalos

Economia

Jornal de Brasília • 9

ameaça o crescimento

Helival Rios

O aprofundamento da crise de credibilidade do governo Collor, que poderá acontecer na esteira das denúncias feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, poderá abortar a retomada do crescimento econômico do País, prevista pelo Ministério da Economia para o segundo semestre deste ano.

Pior ainda, uma nova onda de descrédito sobre o governo poderá complicar enormemente o combate à inflação, inviabilizando a meta de um dígito inferior a 10% até o final do ano e criando, assim, enormes constrangimentos no relacionamento entre o governo e a comunidade econômica internacional, especialmente com o FMI, perante o qual o País tem de cumprir metas específicas de política econômica, acertadas em dois documentos oficiais — uma carta de intenções e um memorando técnico de entendimento.

Estas considerações vêm sendo feitas nos escalões técnicos do governo, pegas de surpresa por uma nova rodada de escândalos, desta vez patrocinados pelo próprio irmão do Presidente da República.

Aliás, conforme constatou nestes últimos dias o Jornal de Brasília, toda a Esplanada dos Ministérios foi duramente atingida pelos petardos de Pedro Collor e mergulhou completamente no mais profundo baixo astral.

O momento para ocorrer essa nova onda contra a credibilidade do governo não poderia ser pior: o Brasil será, neste mês de junho, palco das atenções internacionais por sediar, no Rio de Janeiro, para onde vai se transferir o governo central, a Eco-92; a economia brasileira começou a dar os primeiros sinais de recuperação, evidenciando, efetivamente, uma saída do fundo do poço após uma década de estagnação; o fluxo de capital estrangeiro espontâneo começa a redescobrir o Brasil, depois de 12 anos completamente fora do País; encontram-se em fase final as renegociações da dívida externa com os bancos privados, com o que o País fecharia o ciclo de entendimentos sobre a sua dívida externa, uma vez que já foram selados os acordos com o FMI e com o Clube de Paris.

As constantes ondas que vêm atingindo a credibilidade do governo repercutem amplamente no exterior, são exploradas com exagero pela Imprensa, que tradicionalmente somente abre espaços para aspectos negativos do Brasil e de toda a América Latina e cria, deste modo, toda uma aura de má vontade contra o País, que se reflete imediatamente nos negócios (emprestimos de entidades bilaterais, financiamento comercial de curto prazo, investimentos, transferência de tecnologias, etc).

Segurança

A credibilidade, segundo se afirma nos escalões técnicos do governo, é uma matéria-prima imprescindível tanto para a retomada do crescimento econômico, quanto para o combate à inflação. Internamente, sem credibilidade, o governo não consegue convencer os agentes econômicos (empresários, trabalhadores, consumidores) de que não haverá solavancos na economia.

Para que o empresário especule menos (com estoques, principalmente) e programe melhor seus in-



Collor vira epicentro da crise

vestimentos (tendo horizontes claros de retorno dos capitais investidos), a política econômica do governo tem de transmitir segurança à sociedade. As expectativas dos agentes econômicos são positivas na medida em que eles se convenham de que o governo está no caminho certo.

Esta crença dá a certeza de que a economia está sob controle e não sujeita a solavancos. Todos sabem, contudo, que não pode haver estabilidade econômica no País, se não houver estabilidade política. E no momento em que a estabilidade política começa a ser abalada por ataques à credibilidade do governo, vai por terra a estabilidade econômica, pois os agentes econômicos começam a ter um comportamento errático e imprevisível, tumultuando todo o processo de planejamento e empresarial e administrativo.

O sistema produtivo começa a sofrer abalos. As pessoas que decidem (governadores, prefeitos, empresários, etc.) começam a se submeter a compassos de espera, como se algo fosse acontecer. O próprio Governo Federal começa a deslocar cada vez mais sua criatividade e sua capacidade de ação para defender-se dos ataques à sua credibilidade.

Legislativo

As articulações políticas no Congresso, necessárias à aprovação de novas propostas do governo central, vão se tornando mais difíceis. As crises setoriais vão se avolumando e ganhando efeito multiplicador, constituindo-se num grande impasse nacional, gerando um a sitiado de e goverabilidade.

A ala técnica do governo acende o sinal vermelho e acusa o Congresso Nacional de estar, neste momento, parodiando o avestruz que, ao sinal de perigo, esconde a cabe-

ça no primeiro buraco, deixando o corpo de fora, exposto às ameaças. A apatia do Congresso está assustando a Esplanada. O Legislativo está deixando que as coisas aconteçam ao sabor dos ventos, sem se dar conta de que eles podem formar um verdadeiro ciclone, abalando todas as estruturas, indiscriminadamente, e trazendo prejuízos irreparáveis ao País.

O governo Collor entrou num ciclo de fogo que teve início com o lançamento do livro "Zélia, uma Paixão", do escritor Fernando Sabino, considerado pelos técnicos como o primeiro duro golpe na credibilidade do governo, porque "vendia" a imagem de que a ministra toda-poderosa da Economia era, na verdade, uma "adolescente apaixonada" que flirtava com o ministro da Justiça, em plenas reuniões ministeriais.

Depois disso, veio uma fase difícil na vida conjugal do presidente Collor, causando transtornos emocionais e desconcentração administrativa. A partir daí, seguiu-se uma safra de escândalos envolvendo figuras importantes do primeiro escalão (Alceni, Magri, Procópio etc.) e intensificaram-se os falatórios sobre a "República das Alagoas".

Numa tentativa de passar tudo isso a limpo, o presidente Fernando Collor decidiu fazer uma reforma ministerial, optando por nomes experimentados, ainda que sujeitando-se aos riscos de uma caracterização conservadora ao seu governo. Aproveitou-se da reforma do presidente, para livrar-se dos amigos, implodindo a "república" alagoana. "Dos inimigos eu me encarrego. Mas dos amigos, só Deus pode proteger-me", dizia então um Fernando Collor amargurado e profético, que menos de dois meses depois teria de enfrentar a ira nômade pública dentro da própria família.

Qual a fonte desse ódio repentino que Pedro Collor passou a nutrir pelo irmão-presidente? Na medida em que ele vem gerando fatos novos, trazendo mais munição para o noticiário, vai ficando cada vez mais evidente que os negócios não explicam tudo, e que o PC é parte do todo, mas não é o todo.

O confronto do mundo dos negócios existe no caso. Mas é muito pouco para explicar a guerra fratricida. Houve coisas vindas não do Presidente, mas do homem Fernando, que atingiram em cheio o coração do homem Pedro. Só que o homem Fernando é o presidente da República, e qualquer ataque à sua pessoa atinge o País inteiro, e, embora o Congresso Nacional procure negar, atinge, ou pelo menos tem tudo para atingir, as recentemente implantadas instituições democráticas.

Em que pilares assentam-se a democracia num regime presidencialista? Não é possível negar que num País em crise econômica, com inflação no patamar de 20%, com 7% de desemprego, renda das mais concentradas do mundo, altos índices de criminalidade, greves e achatamentos salariais, insatisfação nos meios militares, etc., etc., não haverá risco nenhum em se acuar o presidente da República.

O País sem memória lembra-se da "República das Alagoas", mas se esquece do "mar de lama" sob o Catete e da "República do Galleão", cujo desfecho em 24 de agosto de 1950 foi um tiro no coração do presidente Getúlio Vargas.